

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.577 - SP (2019/0031030-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : DINÂMICA OESTE VEÍCULOS LTDA
RECORRENTE : JOSE PAULO CARMONA MARTINS
RECORRENTE : VALTER LUIZ MARTINS
ADVOGADO : FÁBIO RENATO BANNWART E OUTRO(S) - SP170932
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JOSÉ ROBERTO FERNANDES CASTILHO E OUTRO(S) - SP073876

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por DINÂMICA OESTE VEÍCULOS LTDA e OUTROS, na vigência do CPC/2015, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO - Insurgência à decisão monocrática que não conheceu de agravo em razão da ausência de peça obrigatória à formação do instrumento - Decisão mantida - Inteligência do inciso I, artigo 515 do CPC/73, aplicável à época da decisão - Precedentes do A. STJ - Recurso desprovido" (fl. 109e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 188, 277, 932, parágrafo único, e 1.029, § 3º, todos do CPC/2015, e art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, sustentando o seguinte:

"Ao explicitar que o instrumento poderia ser complementado, depois de proferida a r. decisão monocrática que negou seguimento ao agravo, o v. acórdão recorrido, ao negar provimento ao agravo interno, acabou violando os arts. 932, parágrafo único e 1.029, § 3º do CPC/15, pois admitiu que poderia ser dada aos recorrentes, a oportunidade processual para que fosse sanado o vício/erro formal e assim complementada a documentação exigível, até porque, conforme reconhecido pelo v. aresto recorrido, inclusive com base no REsp nº 1.102.467/RJ (que consolidou o entendimento no sentido de ser cabível a intimação da parte recorrente para juntar documentos essenciais ao conhecimento do mérito recursal), a peça essencial ao conhecimento do referido recurso, qual seja, a r. decisão agravada, não foi juntada integralmente.

Mas diferentemente do que entendeu o v. acórdão recorrido, a íntegra da r. decisão agravada, que é composta por duas folhas, foi sim anexada ao recurso, conforme fls. 29 e 30.

A primeira folha da r. decisão agravada está encartada no instrumento (fl. 29), porém houve um erro de sistema, que fez com

que tal folha, estranhamente, não carregasse integralmente.

Tanto que, na margem superior dessa folha, visualiza-se parte da r. decisão agravada (fl. 29).

Contudo, se não houve um erro de sistema, conforme entendeu o v. acórdão recorrido, então como se pode explicar que das duas folhas de um mesmo arquivo, a primeira folha foi carregada parcialmente e a segunda folha foi carregada integralmente?

Assim, os recorrentes não podem ser prejudicados material e processualmente, em virtude de um erro de sistema, ainda mais sem terem a oportunidade processual de corrigirem o vício formal, mediante a complementação da documentação exigível, consistente na apresentação de uma folha da r. decisão agravada, nos termos do art. 932, parágrafo único, do CPC/15, vigente à época da interposição e do julgamento do agravo interno.

Nesse quadrante, o art. 1.029, § 3º do CPC/15, ainda prevê que o recurso tempestivo, tal como neste caso, pode ser corrigido ou ter o seu vício formal desconsiderado.

Por essas razões, o v. acórdão recorrido também violou, inexoravelmente, tanto o princípio da instrumentalidade das formas (arts. 188 e 277 do CPC/15) quanto o princípio da inafastabilidade do Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF/88).

(...)

Também não se pode olvidar que a matéria de fundo tratada neste caso, envolve a descabida, ilegal e inconstitucional quebra do sigilo fiscal dos recorrentes (pessoas jurídica e física), via Infojud, assim e com maior razão, os princípios da instrumentalidade das formas e da inafastabilidade do Judiciário devem prevalecer na hipótese em questão, até porque o interesse público não pode atropelar o interesse e a privacidade dos particulares.

Por fim, vale alegar que as 'justificativas' apresentadas pela r. decisão agravada constam da minuta recursal (fls. 03 e 04). e que o pedido formulado pela recorrida relativo à quebra do sigilo fiscal dos recorrentes englobou apenas os coexecutados (pessoas físicas - fl. 73 - fl. 146 dos autos de origem), porém a r. decisão agravada foi além desse pedido ('ultra petita'), pois também quebrou indevida, ilegal e inconstitucionalmente o sigilo fiscal da executada (pessoa jurídica - fls. 74 e 75 - fls. 152 e 154 dos autos de origem), o que é causa de nulidade absoluta dessa r. decisão de 1ª instância e dos atos processuais subsequentes, por ser essa questão de ordem pública" (fls. 122/125e).

Por fim, requer "seja o presente recurso especial admitido, inclusive com efeito suspensivo, bem como conhecido e provido, com vistas ao decreto de nulidade absoluta da r. decisão agravada de 1ª instância (fls. 29/30 - fls. 150/151 dos autos de origem) e dos atos processuais subsequentes, ou com vistas à reforma do v. acórdão

recorrido, nos termos acima expostos e pleiteados, por ser medida de direito, equidade e justiça" (fl. 125e).

Sem contrarrazões (fl. 128e).

Em observância ao disposto no art. 1.030, II, do CPC/2015, os autos foram devolvidos à Turma Julgadora (fl. 129e), que, por sua vez, manteve o acórdão recorrido (fls. 134/139e).

Ratificada insurgência (fls. 142/143e), o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 144/145e).

A irresignação, contudo, não merece conhecimento.

Inicialmente, quanto ao art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, inviável, em sede de Recurso Especial, a alegação de contrariedade ou divergência em relação a dispositivos e princípios constitucionais, porquanto referida análise cabe somente ao Supremo Tribunal Federal, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

Nessa linha:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME VIA APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. READEQUAÇÃO DE BENEFÍCIO. REVISÃO. TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DIRIMIDA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE VEDADA. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. O exame da violação de dispositivo constitucional (art. 5º, II, da Constituição Federal) é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal. (...)

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.672.259/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. (...). ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. RECORRENTE QUE NÃO APONTA O ARTIGO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 284/STF. (...)

3. Nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, este Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial, seja pelo permissivo da alínea 'a', seja pelo permissivo da alínea 'c', tem a missão constitucional de uniformizar e interpretar a lei

federal, não lhe competindo a análise de ofensa direta a dispositivo constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, pena de usurpação da competência do Pretório Excelso.

4. A falta de indicação do dispositivo de lei federal a que os acórdãos teriam conferido interpretação divergente evidencia deficiência na fundamentação recursal que impede o conhecimento do recurso especial ante à incidência do enunciado 284 da súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.434.707/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 06/05/2015).

Por outro lado, no que concerne aos arts. 188, 277, 932, parágrafo único, e 1.029, § 3º, todos do CPC/2015, de plano, verifica-se que não houve análise pelo Tribunal **a quo** dos referidos dispositivos. Por simples cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão recorrido, percebe-se que os dispositivos invocados não foram apreciados no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada.

Diante desse contexto, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, da ausência de prequestionamento – requisito viabilizador da abertura desta instância especial –, atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. (...).

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. (...).

7. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.152.254/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 18/05/2018).

Ademais, ao que se tem, a Corte de origem, ao analisar a questão, decidiu com base nos seguintes fundamentos:

"De proêmio, cumpre observar que descabe a aplicação do regramento previsto no CPC/15 ao agravo de instrumento julgado, tendo em vista que, conforme escólio de NELSON NERY JUNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY, 'rege o cabimento e a admissibilidade do recurso a lei vigente à época da prolação da decisão da qual se pretende recorrer' (in Comentários ao Código de Processo Civil. Novo CPC Lei 13.105/2015. Ed. Revistas dos Tribunais).

Nesse mesmo sentido, o Plenário do A. STJ elaborou o Enunciado Administrativo nº 5, o qual dispôs que 'Nos recursos tempestivos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016), não caberá a abertura de prazo prevista no art. 932, parágrafo único, c/c o art. 1.029, § 3º, do novo CPC'.

Assim, considerando que a publicação da r. decisão agravada ocorreu em 7.3.2016, conclui-se que esta se deu na vigência do CPC/73, o qual deve ser aplicado para examinar a admissibilidade recursal.

Quanto ao exposto no agravo interno, esta Relatoria, quando da vigência do CPC/73, há muito havia se curvado ao entendimento esposado no Recurso Repetitivo nº 1.102.467/RJ, no qual se consolidou ser cabível a intimação da parte recorrente para juntada de documentos que se entendam essenciais ao conhecimento do mérito, interpretando o inciso II do artigo 525 do CPC/73 à luz do princípio constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário.

No entanto, o caso dos autos é diverso, pois os agravantes deixaram de juntar corretamente peça essencial ao conhecimento do recurso, qual seja, a íntegra da decisão agravada, sequer complementando o instrumento após a prolação da decisão que não conheceu do agravo.

Assim foi fundamentado na decisão monocrática de fls. 88/93:

'Em que pese às razões recursais, o agravo não pode ser conhecido, haja vista a formação deficiente do instrumento.

Com efeito, verifica-se que os agravantes, no ato da interposição do recurso, não acostaram cópia da decisão agravada em sua integralidade, mas apenas a segunda página desta (fls. 30).

Diante disso, os recorrentes malferiram frontalmente o disposto no art. 525, I do CPC/73, que prevê ser imprescindível a formação do instrumento de agravo com peças obrigatórias as quais a própria lei pressupõe serem indispensáveis ao julgamento.

O manejo do recurso sem tais cópias torna inviável o seu

conhecimento, pois não traz ao julgador elementos suficientes ao juízo de admissibilidade e à prolação de decisão segura.

Consabido, a formação do instrumento de forma correta, ainda que em âmbito digital, com a apresentação das peças obrigatórias (decisão agravada, respectiva certidão de intimação e procurações outorgadas aos patronos das partes) é ônus dos recorrentes, respondendo estes pelas irregularidades que impeçam o julgamento.

Nesse sentido, preclara e exaustiva a lição de TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER: in litteris

(...)

Não destoa deste entendimento a jurisprudência do A. STJ, perfilhada por esta C. Câmara, a qual confirma a impossibilidade de conhecimento de agravo interposto sem a apresentação de peças obrigatórias:

(...)

Ademais, cumpre observar que descabe a aplicação do regramento previsto no CPC/15 ao agravo em tela, porquanto, conforme escólio de NELSON NERY JUNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY 'rege o cabimento e a admissibilidade do recurso a lei vigente à época da prolação da decisão da qual se pretende recorrer' (in Comentários ao Código de Processo Civil. Novo CPC Lei 13.105/2015. Ed. Revistas dos Tribunais).

Nesse mesmo sentido, o Plenário do A. STJ elaborou o Enunciado Administrativo nº 5, o qual dispôs que 'Nos recursos tempestivos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016), não caberá a abertura de prazo prevista no art. 932, parágrafo único, c/c o art. 1.029, § 3º, do novo CPC'.

Assim, considerando que a publicação da r. decisão agravada se deu em 7.3.2016, conclui-se que esta se deu na vigência do CPC/73, o qual deve ser aplicado para examinar a admissibilidade recursal, conforme decidido acima.

Postas tais premissas, nego seguimento ao recurso'.

A legislação processual aplicável ao caso (art. 525, I, do CPC/73) é categórica na exigência de tais documentos obrigatórios:

Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída:

I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

Com a devida vênia, a alegação de que o erro seria do sistema não se sustenta, pois é possível visualizar os documentos juntados (da forma como aparecerão nos autos) antes de confirmar o protocolo, não podendo a parte agravante transferir sua

negligência em conferir as cópias acostadas ao sistema tecnológico deste E. Tribunal.

Assim, pelo acima exposto, mantém-se a decisão agravada, por seus próprios e jurídicos fundamentos" (fls. 110/116e) (grifei).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela recorrente, nas razões do Recurso Especial, tendo a parte se limitado a manifestar seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, deixando de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão objurgado. Portanto, verifica-se que as razões do recurso encontram-se dissociadas da fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para solução da controvérsia, pelo que, na hipótese, são incidentes, por analogia, as Súmula 283 e 284 do STF.

Confira-se:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. (...). AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF.

1. É patente que os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de que não há nos autos prova de que se operou a decadência, não foram regularmente atacados pela parte recorrente, atraindo a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual 'é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'. As razões recursais estão dissociadas das motivações em que se pautou o acórdão recorrido, incidindo, também, a Súmula 284/STF, segundo a qual 'é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

(...)

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.655.293/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/04/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. (...). ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF. (...).

(...)

II – A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento

suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem. Incidência, por analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.

III – (...).

IV – A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V – Agravo Interno improvido" (STJ: AgInt no AREsp 691.628/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/06/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

1. (...).

2. **Incidem as Súmulas n. 283 e 284 do STF nos casos em que a parte recorrente deixa de impugnar a fundamentação do julgado, limitando-se a apresentar alegações que não guardam correlação com o decidido nos autos.**

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (STJ, RCD no AREsp 456.659/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/11/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. (...). FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF. (...)

1. (...).

2. **'A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.'** (AgRg no REsp 1507662/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015).

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.170.131/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 19/10/2015).

Assim, à luz do princípio da dialeticidade, não basta à parte recorrente manifestar o inconformismo e a vontade de recorrer; precisa impugnar todos os fundamentos suficientes para sustentar o acórdão recorrido, demonstrando, de maneira discursiva, por que o julgamento proferido merece ser modificado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não**

conheço do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

